

Aepet Notícias



Edição 397 | Março - 2013 | Ano 42 | www.aepet.org.br | 21 2277-3750 | Av. Nilo Peçanha, 50 / 2409 - Centro - RJ - CEP: 20020-906

Conselho Deliberativo da AEPET decide:

Intensificação da Luta por Aumento Real de Salários

A mudança do Gerente Executivo de Recursos Humanos não trouxe alteração da prática adotada anteriormente na companhia, como era esperado pela AEPET (vide AEPET Notícias de Janeiro/2013, matéria “RH: Longe de Mudanças”).

Ao contrário, o projeto que está sendo implantado foi aprofundado com a adoção da chamada “A Estratégia de RH da Petrobrás entre 2011 e 2015”. O debate do PCAC com a chamada aceleração de carreira dos novos colocou todo o corpo técnico em questionamento direto ao que está sendo praticado pelo RH da Petrobrás.

PLR rebaixada - Com a contabilidade “suicida” da atual gestão da Petrobrás, um efeito previsível poderá acontecer na renda anual do corpo técnico da companhia. A PLR, que compõe parte significativa dos rendimentos dos petroleiros poderá sofrer uma drástica redução.

Este “fenômeno” não ocorrerá por que os petroleiros trabalharão menos que em anos anteriores. Nem por que a eficiência de seus processos produtivos tenha diminuído. Nem por que suas metas de produção tenham deixado de ser atingidas. Nada disso. O corpo técnico da Petrobrás poderá vir a receber menos por que os gestores da Petrobrás decidiram pela redução contábil do lucro no ano passado. Uma decisão da gestão que penalizará todo o corpo técnico.

Como o RH da Petrobrás pratica a chamada “Remuneração Variável”, muitos trabalhadores contam com a PLR para composição de seus rendimentos anuais. Esta fatia pode ser de até 30% da renda anual.

A participação nos Lucros e Resultados, repetimos, representa, para uma boa parte do corpo técnico da companhia uma fatia significativa dos seus vencimentos.

A política de RH da Petrobrás, uma das responsáveis pelas dificuldades porque passa hoje a empresa, instituiu a PLR, os bonus, os níveis como artifício para driblar o artigo 41 da Petros que vincula o aumento dos

benefícios ao salário do pessoal da ativa. Com isto se achatou os salários de tal forma, que o salário inicial da Petrobrás passou a ser menos da metade do salário das grandes estatais.

Vendedores de Enciclopédia - A despeito dos avanços da legislação trabalhista em todo o mundo, com o fenômeno da “Remuneração Variável” os trabalhadores passam a ver o resultado da venda de sua força de trabalho a depender do lucro e do resultado da empresa.

Como os trabalhadores não controlam esta gestão de resultados e lucros, seus rendimentos podem variar fortemente. A pergunta é: se a empresa der prejuízo, teremos que pagar para trabalhar? Em pleno século XXI, petroleiros da maior empresa do Brasil e uma das maiores do mundo são tratados como vendedores de enciclopédia. Se vender tem remuneração. Se não vender, não tem.

Luta por melhores salários – Se a remuneração variável é controlada pelos gestores da companhia, é preciso estabelecer pressões políticas para que esta seja mantida em patamares condizentes. Esta é uma ação sindical, que deve ser encaminhada pelos sindicatos com mobilizações unificadas em todo o país. A AEPET é solidária com os trabalhadores e incentiva todos a participar destas ações unificadas.

Entretanto, a batalha pela “PLR Máxima e Igual pra todos” é apenas uma pequena parte desta luta. A verdadeira luta está localizada na remuneração fixa. Especificamente na questão da valorização do salário básico de todos os petroleiros. Desde o salário de entrada na companhia, até o chamado “topo de carreira”, a AEPET passará a desenvolver uma campanha sistemática para que a companhia valorize seu corpo técnico com uma prática salarial condizente com o lugar que a Petrobrás ocupa no cenário nacional e internacional.

Não estamos falando da RENDA GLOBAL, nem dos rendimentos anuais. Estaremos buscando estabelecer um patamar superior para os chamados “Salários Básicos” de todo o corpo técnico. Pelo menos ao nível das 5 maiores estatais brasileiras.

Estabelecer um patamar superior para os chamados “Salários Básicos” de todo o corpo técnico.

LUCRO MENOR DA PETROBRÁS PARA BANCAR O LUCRO CRESCENTE DAS DISTRIBUIDORAS

pág 02

TODOS JUNTOS CONTRA OS LEILÕES DE PETRÓLEO E GÁS

pág 03

Editorial
A Omissão

pág 02

ANP FAZ LEILÃO PARA EXPLORAÇÃO DE GÁS DE XISTO

pág 03

RENTABILIDADE DA PETROS EM 2012

pág 04

EXTINÇÃO DO CONVÊNIO INSS/PETROBRÁS

PÁG 04

TERMINA A ELEIÇÃO PARA O C.A. DA PETROBRÁS

pág 04

A Omissão

A situação do Convênio INSS/Petrobrás (leia matéria na pág. 3) está crítica. Isto porque, passado o carnaval, o Governo Federal até o momento, não deu continuidade aos entendimentos que estabeleceu recentemente em favor dos participantes.

A paralisia do INSS trará prejuízos enormes aos participantes da Petros. Mas a responsabilidade não é só do INSS. A direção da Petrobrás tem muita responsabilidade nisto.

Seu antigo Gerente Executivo de Recursos Humanos já sabia desde junho/2011 que o INSS pretendia romper o convênio. Ao se omitir impossibilitou uma reação tempestiva dos setores interessados.

A Petros não foi avisada. Ao menos oficialmente, pois o ex-Gerente de RH preside o Conselho Deliberativo da PETROS.

Tampouco os sindicatos foram avisados desta situação, a despeito de inúmeras cobranças em mesa de negociação. Embora seja difícil imaginar que o antigo gerente de RH soubesse de tudo, mas não tivesse contado nada aos seus pares da FUP.

A AEPET sempre prezarão por uma relação transparente e leal para com a Petrobrás. A Petrobrás é nossa razão de ser e para defendê-la das garras dos seus inimigos e alçá-la à condição de uma das maiores companhias de petróleo do mundo damos literalmente nossas vidas. Não cabe, em nossa opinião, a omissão ou atos equivalentes, nesta relação que se pretende salutar. A companhia não pode deixar de alertar seu corpo técnico das mazelas que podem lhes atingir. Este tipo de atitude não condiz com uma empresa do porte da Petrobrás.

LUCRO MENOR DA PETROBRÁS PARA BANCAR O LUCRO CRESCENTE DAS DISTRIBUIDORAS

A grande imprensa está incitando toda sociedade brasileira na crítica à Petrobrás, por conta da queda de seu lucro em 32% com relação ao ano anterior. Vários aspectos deste patamar rebaixado do lucro da companhia precisam ser explicitados.

Um dos motivos dessa ocorrência foi a importação de gasolina e diesel – que é executada pela Petrobrás - face à necessidade de suprir o mercado interno, cuja demanda superou a capacidade de produção de suas refinarias.

Esse desequilíbrio resultou da política governamental de estímulos para a indústria automobilística, que isentou ou reduziu a incidência do IPI sobre os veículos, causando um expressivo aumento da frota em circulação. Carros mais baratos, mais carros vendidos. Mais combustível consumido também.

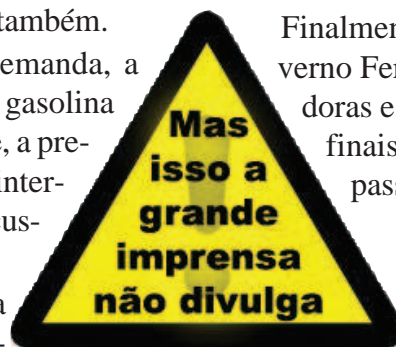
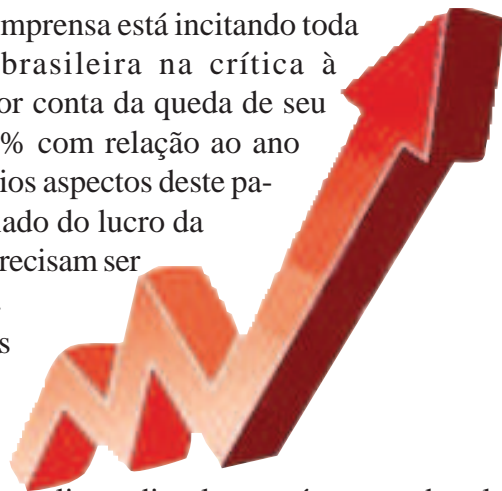
Para atender o crescimento da demanda, a Petrobrás precisou importar parte da gasolina e do diesel consumidos internamente, a preços maiores do que os do mercado interno, ou seja, subsidiando parte do seu custo.

Este subsídio é feito pelo caixa da Petrobrás e não pelo Governo Federal. Esta situação, por si, demonstraria para onde está indo o lucro da Petrobrás.

Por que a Petrobrás também teve que subsidiar os combustíveis repassados às demais distribuidoras como Shell, Esso, Repsol, Ultra etc.?

Como se sabe, a partir da Lei 9478, de 06.08.1997, a importação de derivados, dentre outras atividades, deixou de ser afeta exclusivamente à Petrobrás.

Assim sendo, por que essas distribuidoras não assumiram diretamente a importação dos volumes para abastecer os seus postos revendedores? Todas elas estavam habilitadas a fazê-lo, através de empresas importadoras autorizadas pela ANP – Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis, como consta das Portarias ANP-313 e 314, editadas em 27.12.2001 e emendadas posteriormente.



A ANP poderia, com plena cobertura legal, mandar entregar às distribuidoras apenas os volumes disponibilizados pelas refinarias da Petrobrás, de acordo com a produção de cada uma. E de acordo com a participação média de cada uma delas no mercado revendedor interno.

A diferença seria importada por cada uma das distribuidoras que repassariam ao mercado os preços médios entre os produtos fornecidos pela Petrobrás e os importados.

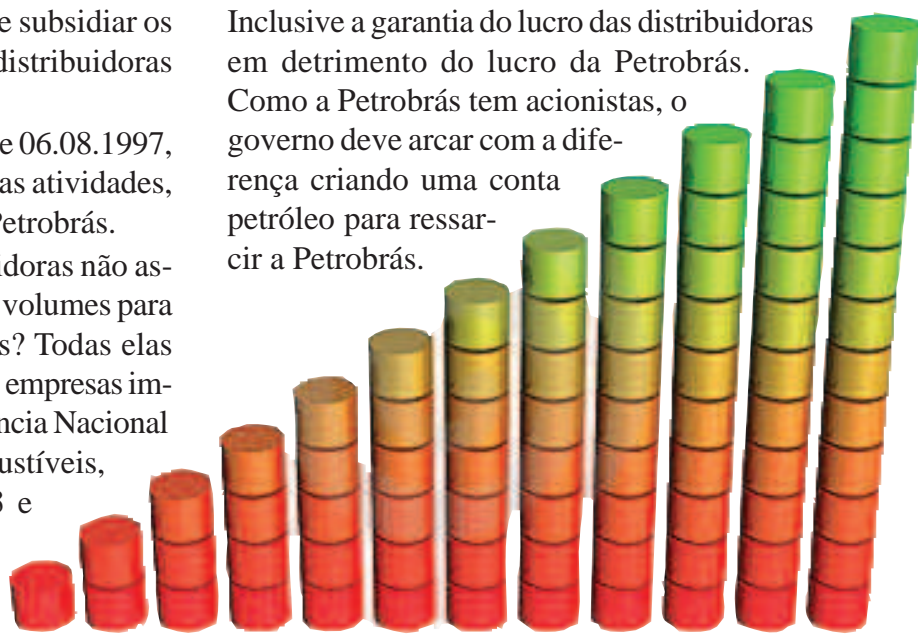
As distribuidoras poderiam questionar que somente a Petrobrás teria, em todo o País, condições logísticas de receber, por via marítima e/ou dutoviária, essas importações. Mas bastaria um contrato de locação de terminais e dutos entre elas e a Petrobrás.

Tal contrato seria viabilizado, é claro, mediante o pagamento de taxas à Petrobrás e as importações transcorreriam sem qualquer dificuldade. Não haveria acréscimo de volumes em relação às operações realizadas quando a Petrobrás importou para todas, por sua conta e risco.

Finalmente, há que considerar-se que, desde o Governo Fernando Collor, os preços para as distribuidoras e, conseqüentemente para os consumidores finais são livres. Desse modo poderiam ser repassados legalmente.

Isto só não ocorre porque o Governo quer controlar a inflação através do congelamento dos preços dos combustíveis automotivos (apenas dos automotivos) nas refinarias e, talvez, por causa disso, tenha optado por condenar a Petrobrás a bancar o ônus total do subsídio.

Inclusive a garantia do lucro das distribuidoras em detrimento do lucro da Petrobrás. Como a Petrobrás tem acionistas, o governo deve arcar com a diferença criando uma conta petróleo para ressarcir a Petrobrás.



Expediente

Presidente: **Silvio Sinedino**
 Vice-Presidente: **Fernando Siqueira**
 Diretor Administrativo: **Henrique Sotoma**
 Vice-Diretor Administrativo: **Pedro Francisco de Castilho**
 Diretor de Comunicações: **Ronaldo Tedesco**
 Vice-Diretor de Comunicações: **Paulo Sérgio Decnop Coelho**
 Diretor de Assuntos Jurídicos: **Paulo Teixeira Brandão**
 Vice-Diretor de Ass. Jurídicos: **Carlos Roberto dos S. Caldeira**

Diretor de Pessoal: **Francisco Soriano de Souza Nunes**
 Vice-Diretor de Pessoal: **Raul Tadeu Bergman**
 Diretor Cultural: **Rogério Loureiro Antunes**
 Vice-Diretor Cultural: **Francisco Isnard Barrocas**
Conselho Fiscal
 Efetivos: **Ricardo Moura de A. Maranhão, Sydney Granja Afonso, Ricardo Latgêde Azevedo**
 Suplentes: **Guilherma Vaz do Couto, Artur de O. Martins, Clóvis C. Rossi**

Núcleos
 Aepet-Bahia: **Jorge Gomes de Jesus**
 Aepet-BR: **Paulo Teixeira Brandão**
 Aepet-Macaé: **José Carlos L. de Almeida**
 Aepet-NS: **Ricardo Pinheiro Ribeiro**
 Aepet-SE/AL: **Francisco Alberto Cerqueira de Oliveira**

Delegados
 Juiz de Fora: **Murilo Marcatto**
 Espírito Santo: **Paulo W. Magalhães**
 S. José dos Campos: **Clemente F. da Cruz**
 Curitiba: **Ernesto G. R. de Carvalho**
 Pernambuco: **Adelmo José Leão Brasil**
 Brasília: **Velocino Tonietto**

Redação
 Editor e Jornalista Responsável: **Júlio César Lobo - 19894**
 Colaboradora: **Carmela Laviano**
 Reportagem: **Júlio César Lobo**
 Fotografia: **Alessandra Bandeira**
 Projeto Gráfico: **Alessandra Bandeira**
 Arte / Ilustração: **Alessandra Bandeira**
 Diagramação: **Alessandra Bandeira**

Permitida a reprodução na íntegra ou em parte, desde que citada a fonte

Tiragem: 6.000 mil exemplares / Impressão: Mestre ArteGráfica

aepet@aepet.org.br



TODOS JUNTOS CONTRA OS LEILÕES DE PETRÓLEO E GÁS

Com a decisão do governo Dilma Rousseff de promover em maio de 2013 a 11ª Rodada de Licitações de Petróleo e Gás da ANP – Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - a AEPET participou e organizou no mês de fevereiro duas reuniões para discutir os rumos da Campanha “O Petróleo Tem Que Ser Nosso”.

O primeiro encontro foi realizado no auditório da AEPET e contou

com a participação de várias entidades e movimentos sociais que fazem parte da luta contra os leilões do petróleo. Estiveram presentes o Sindicato dos Engenheiros do Rio de Janeiro, o Clube de Engenharia, o MODECON, o NPC – Núcleo Piratininga de Comunicação, o Sindipetro/RJ, a FNP, a CUT, entre outras importantes Entidades.

Uma das propostas aprovadas foi buscar um encontro com o ex-presidente Lula. O uso de meios de comunicação alternativos e as mídias sociais para promover a campanha do petróleo também foi um dos pontos aprovados.

No dia 6 de agosto, data em que foi promulgada a Lei 9478/97 de FHC, será realizado um almoço pela volta da Petrobrás como executora do monopólio estatal de petróleo no Brasil.

Ações judiciais para impedir os leilões de petróleo estão sendo estudadas

pelas entidades que compõem a campanha, além de uma aliança com o Ministério Público Federal.

PLENÁRIA NOSINDIPETRO RJ - Dia 20/02 o Sindipetro-RJ promoveu uma Plenária da Campanha “O Petróleo Tem Que Ser Nosso” no seu auditório, no centro do Rio. Foi defendida uma grande mobilização contra a 11ª Rodada de Licitação da ANP. Os membros do Sindipetro-RJ esclareceram que o chamado desinvestimento, que é a venda de ativos da Petrobrás sem ser anunciada publicamente, será fortemente denunciado pela Entidade. Não tem sentido fazer desinvestimento no País.

O engenheiro Paulo Metri informou que o Senador Roberto Requião vai entrar com pedido de informações à ANP sobre as transações e negociações entre as empresas tornando-as públicas para que se saiba o que está acontecendo no mercado de compra e venda de blocos já licitados pelo órgão regulador. Uma das propostas feitas pelos presentes é a realização de um ato no dia 1º de Maio que tenha como bandeira de luta a campanha “O Petróleo Tem Que Ser Nosso”. Quando do lançamento do edital da 11ª Rodada da ANP, que será dia 11 de Março, também será feita uma manifestação de protesto contra os leilões. A campanha irá se reunir em seus comitês operativos para organizar as ações daqui para frente.

A próxima plenária da campanha ficou marcada para o dia 3 de Abril às 18h no Sindipetro-RJ.



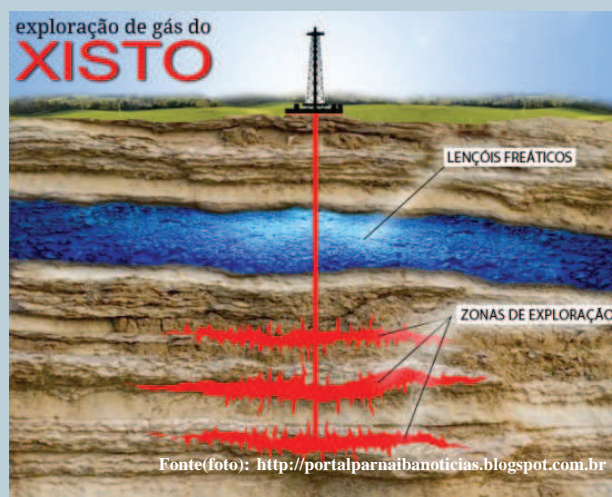
ANP FAZ LEILÃO PARA EXPLORAÇÃO DE GÁS DE XISTO

O Gás de Xisto será leiloado em outubro pela ANP. A Agência Nacional de Petróleo vai realizar um leilão exclusivo, que contempla áreas continentais para exploração de gás natural (shale gas).

O gás de xisto tem sido apresentado como alternativa em potencial de uma mudança na matriz energética. Isto poderá beneficiar países que comprovadamente têm pouca reserva do combustível fóssil, como os Estados Unidos e países europeus.

No Brasil, não temos a dimensão exata da nossa reserva. A ANP estaria trabalhando em uma rodada de gás em terra com uma data prevista para os dias 30 e 31 de outubro, conforme afirmou a Presidente da ANP Magda Chambriard.

Os Estados Unidos possuem reservas desse gás em torno de 24,5 trilhões de metros cúbicos. Perde apenas para a China que possui reservas estimadas de 36,1 trilhões de metros cúbicos. Os Estados Unidos têm estimulado a exploração do gás de xisto para reduzir a sua dependência das exportações de combustíveis de países do Oriente Médio. Segundo a reportagem “Guinada Polêmica” da Revista O GLOBO AMANHÃ de 05/02/2013, o Brasil possui reservas estimadas de 6,4 trilhões de metros cúbicos.



Fernando Leite Siqueira, vice-presidente da Associação dos Engenheiros da Petrobras – AEPET considera que estão superestimando as reservas de xisto. A intenção da Agência Internacional de Energia – AIE é tentar esconder a grande insegurança energética por que passam os países desenvolvidos, por não terem reservas de petróleo. Há um grupo de especialistas que afirma que essa reserva do xisto é menos de um terço da reserva mundial de gás. “Gostaríamos até que ela fosse maior para aliviar a pressão que esses países estão exercendo sobre nossos poderes querendo o pré-sal”, continua Siqueira.

A viabilidade econômica da exploração do gás de xisto está aumentando com o fraturamento das rochas com água impregnada com produtos químicos. Quanto à viabilidade ambiental, há uma série de restrições devidas ao grande poder poluidor que tem essa água de fraturamento. Alguns países europeus condenam esse tipo de exploração do xisto por colocar em risco os lençóis freáticos e os mananciais de água.

Fernando Siqueira afirma que “o xisto entra na geopolítica de matéria-prima como alternativa. Não dá ainda para saber se a reserva recuperável, que é a quantidade de óleo que pode ser produzido, é técnica, econômica e ambientalmente viável. Também não sabemos ainda o potencial real”.

RENTABILIDADE DA PETROS EM 2012

No BLOG (www.conselhopetros.blogspot.com) os Conselheiros Eleitos da Petros, indicados pelo CDPP – Comitê em Defesa dos Participantes da PETROS - comentaram o resultado da rentabilidade dos diversos planos de benefício da Petros em 2012.

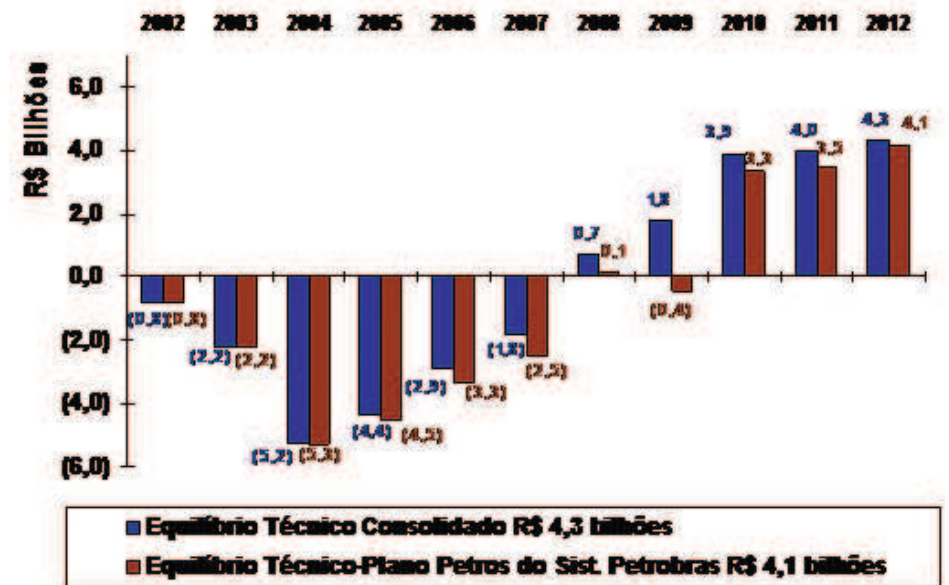
O resultado consolidado (o somatório de todos os planos da Entidade) foi de 15,66%. Portanto, acima da meta atuarial (que é o IPCA + 6%) que atingiu 12,19% no ano passado, uma folga de 3,47 pontos percentuais. Já os investimentos do Plano Petros do Sistema Petrobrás (o chamado PLANO PETROS BD) chegaram a 17,03%, o que representa 4,84 pontos percentuais acima da meta atuarial.

Em contrapartida a rentabilidade dos investimentos do PLANO PETROS 2 não cobriu a meta atuarial ficando em 10,41%. O mesmo aconteceu com outros planos administrados pela Petros como os de BD (Benefícios Definidos), CD (Contribuição Definida) e o sistema de CV (Contribuição Variável). Todos ficaram abaixo da meta atuarial, embora a maioria tenha superado o CDI *, que ficou em 8,40% em 2012.

Com o não atingimento da Meta Atuarial**, as reservas ou provisões matemáticas ficarão insuficientes para o pagamento dos benefícios pretendidos. No caso de planos de tipo BD – benefício definido – esta situação provoca o chamado Déficit Técnico. No caso de planos do tipo CD e CV – contribuição definida e contribuição variável – não ocorre o déficit técnico, por que haverá redução no valor dos benefícios futuros, ou seja, os participantes é que bancam as perdas, já que estes não estão definidos por contrato. Esta situação, portanto, preocupa os Conselheiros Eleitos, em especial no que concerne ao PLANO PETROS 2, que ao não atingir a meta atuarial fica mais caro para os participantes.

Os Conselheiros Eleitos afirmam que, com estes resultados, e a continuar o quadro atual, o PLANO PETROS DO SISTEMA PETROBRÁS tem hoje patrimônio suficiente para pagar os benefícios contratados.

No entanto, há que se fortalecer os investimentos do PLANO PETROS



2, que se não conseguirem os valores de rentabilidade, esperados podem provocar perdas nos valores dos benefícios futuros aposentados da PETROBRÁS.

A grande sensação dos investimentos em 2012 foram os títulos públicos com a mudança na marcação de “a vencimento” para “a mercado” que aumentou a sua rentabilidade para 35,19%. Mas o mercado de ações, em especial, continua com um desempenho preocupante.

Os Conselheiros Eleitos, no entanto, fizeram críticas na formação das reservas matemáticas. Por exemplo há uma dívida que ainda não foi paga pelas patrocinadoras e nem esta sendo cobrada pela atual diretoria da Petros referente as aposentadorias antecipadas (o chamado “sopão”). Esta dívida consta do processo judicial na 18ª Vara cível do Rio de Janeiro. Também levantam questionamentos a respeito da utilização da tábua AT-2000 e sugerem a adoção da Tábua Bi-dimensional, criada pelo Professor Rio Nogueira.

Leia a matéria completa no BLOG dos Conselheiros Eleitos da PETROS, indicados pelo CDPP.

* CDI é a taxa de juros praticada entre as instituições financeiras, também chamada de “Certificado de Depósito Interbancário”.

** A Meta Atuarial é o resultado esperado pelos investimentos do patrimônio de cada plano administrado pela PETROS, fixada em IPCA + 6%, no ano passado atingiu 12,19%.

TERMINA A ELEIÇÃO PARA O C.A. DA PETROBRÁS

Apesar de ter recebido mais votos que na eleição anterior, Silvio Sinedino não conseguiu sua reeleição como representante dos trabalhadores no Conselho de Administração da Petrobrás. A FUP conseguiu eleger seu candidato chapa branca que irá representar os trabalhadores no próximo ano.

Após praticamente um empate técnico no primeiro turno – foram 4.568 a 4.565 votos – neste segundo turno o candidato José Maria Rangel recebeu 8.561 votos, contra 8.011 votos recebidos pelo companheiro Silvio Sinedino.

A votação de Sinedino neste segundo turno foi maior que a recebida por ele no segundo turno do processo anterior. Mas a FUP, com um candidato cuja base social (Macaé) é maior que o anterior (que era de São Paulo), pode lograr a vitória desta feita. Houve também um aumento no quórum eleitoral, de cerca de 13 mil para 16.500 eleitores participando do pleito.

A AEPET cumprimenta o candidato eleito e se coloca desde já à disposição para auxiliar em seu mandato no que for necessário para o exercício a favor dos trabalhadores petroleiros, da defesa da Petrobrás, dos interesses da soberania nacional e da população brasileira.

Extinção do Convênio INSS/Petrobrás



O INSS comunicou a PETROBRÁS que a partir de 31 de janeiro de 2013 ocorreria a extinção do Convênio INSS/Petrobrás. É através deste Convênio que o participante da PETROS pode fazer o pagamento de empréstimos, da AMS, de pensões judiciais, das mensalidades de associações de aposentados, clubes e sindicatos. Exerce também a isenção de IR por moléstia grave, recebe a antecipação de 40% dos benefícios no dia 10 para aposentados e pensionistas, entre outras operações.

A extinção ocorreu, mesmo após entendimentos para a sua manutenção pelo período mínimo de mais um ano, tempo necessário para que a PETROS pudesse se preparar para exercer diretamente um novo Convênio, desta feita INSS/PETROS. Para tanto, é necessário que a Entidade seja tecnologicamente preparada, com um banco de dados que possa se comunicar diretamente com os dados vindos do INSS.

